

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

158 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 20 a 24/03/2023

1.CONSELHO EU	JROPEU	1
2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE		2
	ECON	2
	AFCO	3
	REGI	3
	AFET/SEDE	3
3. CONFERÊNCI	IA DE UTILIZADORES DO IPEX	4
4. COMISSÃO EUROPEIA PACOTE CONSUMIDORES		4
	Direito de reparação	4
	Proteção dos consumidores e branqueamento ecológico	4
5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE		5
	Conselho (Agricultura e Pescas)	5
	Conselho (Negócios Estrangeiros)	5
	Conselho dos Assuntos Gerais	5
	Cimeira Social Tripartida	5
	Cimeira do Euro	6
6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		6
	Parlamento Europeu	6
	Comissão Europeia	6
	Conselho da União Europeia	6
7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR		6

1.CONSELHO EUROPEU

Teve lugar, a 23 e 24 de março, uma reunião do Conselho Europeu em Bruxelas (a composição integral do Conselho Europeu pode ser consultada <u>aqui</u> e está reproduzida *infra*). Nos termos da carta convite (disponível <u>aqui</u>) enviada pelo Presidente desta instituição, Charles Michel, aos Chefes de Estado e de Governo da UE, a agenda formal continha os seguintes pontos: um almoço de trabalho com o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, a que se seguiria uma videoconferência com o Presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, de modo a que o Conselho reiterasse o seu compromisso inabalável de prestar assistência à Ucrânia incluindo o objetivo de fornecer à Ucrânia um milhão de munições nos próximos 12 meses e assegurar um financiamento adequado. Por outro lado, o Conselho dedicar-se-ia também à competitividade da UE a longo prazo e ao aprofundamento do mercado único, além da energia e a prioridade de garantir a segurança do aprovisionamento a preços acessíveis. Finalmente, a presidente da Comissão Europeia e a Presidência sueca deveriam apresentar uma breve síntese da implementação das conclusões sobre migração. Na sexta-feira, 24 de março, realizou-se ainda a Cimeira do Euro (Cfr. ponto 5).



Images taken from the European Council website – $\ensuremath{\texttt{@}}$ European Union.

1

Como é hábito, o PE fez a antevisão do Conselho <u>aqui</u> e <u>aqui</u>, o *Politico* disponibilizou um *live blog* sobre o Conselho <u>aqui</u>. Tal como demos nota na Síntese n.º <u>157</u>, e ainda que tal não conste da agenda da Cimeira, parte dos debates centrou-se na forma de superar o impasse na adoção da proposta de regulamento sobre as normas de desempenho em matéria de emissões de CO2 dos automóveis de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros, após a oposição de alguns Estados-Membros (Alemanha e Itália, e.g.) a que seja aprovado sem a inclusão de uma exceção para carros de combustão que funcionem com combustíveis eletrónicos (detalhe desta questão disponível <u>aqui</u>).

O Conselho Europeu adotou Conclusões (disponíveis aqui) sobre as matérias identificadas supra, destacando-se - no respeitante à Ucrânia - o ponto 5, em que se afirma que "A UE está firmemente empenhada em assegurar a plena responsabilização pelos crimes de guerra e pelos outros crimes mais graves praticados no contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, mediante a criação de um mecanismo adequado para a ação penal pelo crime de agressão, que diz respeito à comunidade internacional no seu conjunto. Neste contexto, o Conselho Europeu congratula-se com o acordo relativo à criação, na Haia, do novo Centro Internacional de Ação Penal pelo Crime de Agressão contra a Ucrânia, que ficará ligado à atual equipa de investigação conjunta apoiada pela Eurojust. O Conselho Europeu reitera o seu apoio às investigações efetuadas pelo procurador do Tribunal Penal Internacional.".

No que diz respeito à legislação sobre as emissões de CO2, a Cimeira ficou marcada por um acentuar das divergências, após a Alemanha ter rejeitado um compromisso apresentado pela Comissão Europeia (detalhe aqui) e de outros Estados-Membros (e.g. Eslováquia) terem secundado as reservas alemãs nesta matéria (aqui).

A Alemanha pretende que a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, ou o Vice-Presidente Executivo, Frans Timmermans, assinem uma declaração concordando em alterar a legislação sobre emissões de automóveis para contemplar a possibilidade de manter os motores de combustão que funcionem com combustíveis electrónicos sintéticos.

O relator do PE, Pascal Canfin (França, Renew), rejeita reabrir as conversações sobre a legislação que determina que apenas os veículos com emissões zero podem ser vendidos após 2035.



2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

ECON

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do PE promoveu uma <u>audição</u> com a Presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde (cuja intervenção pode ser lida <u>aqui</u>) sobre a estabilidade de preços e a estabilidade financeira, bem como sobre a resistência do sector bancário da Zona Euro. No debate, os Deputados centraram as suas perguntas na intensificação da política monetária à luz da elevada inflação e das preocupações em torno do setor bancário mundial, em resultado dos problemas encontrados pelo *Silicon Valley Bank* e *Credit Suisse*. Alguns questionaram se esta política para conter a inflação se arriscava a acentuar a instabilidade no setor financeiro e se, como resultado, poderia ser temporariamente suspensa. A Presidente do BCE disse que não havia "qualquer compromisso entre estabilidade de preços e estabilidade financeira", argumentando que o BCE tinha instrumentos separados para lidar com ambos.

Foram manifestadas preocupações sobre os efeitos que a inflação e os problemas no setor bancário teriam na economia real, tendo os Deputados pedido que esta dimensão fosse melhor considerada. Outros perguntaram se seria necessário prever quaisquer novos instrumentos. Os Deputados também perguntaram que outras ações deveriam ser previstas para além da redução das despesas públicas para combater a inflação, nomeadamente através da tributação de lucros excessivos ou para que o BCE utilize outros instrumentos para além do aumento das taxas de juro. Também foram manifestadas preocupações sobre as taxas de inflação díspares entre os Estados-Membros.

AFCO

A Comissão dos Assuntos Constitucionais organizou uma troca de ideias com peritos em cooperação interinstitucional, segurança e defesa europeia e tomada de decisões na UE, tendo os deputados debatido como reformar a UE à luz dos desafios existentes e na sequência da Conferência sobre o Futuro da Europa. Foram discutidos temas como o equilíbrio institucional e cooperação, política de segurança e defesa e o método comunitário, novo intergovernamentalismo e a parlamentarização. O vídeo da reunião encontra-se disponível aqui.

REGI

A Comissão do Desenvolvimento Regional aprovou, por unanimidade, um <u>relatório relativo à avaliação da</u> nova comunicação da Comissão Europeia sobre as Regiões Ultraperiféricas. O relator, Deputado Álvara Amaro (EPP, PT), referiu que «O potencial das regiões ultraperiféricas deve ser otimizado por esta nova estratégia, tendo em conta as suas características especiais e condicionalismos específicos, tal como reconhecido pelo artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O nosso relatório, que acabamos de aprovar, pretende reforçar o desenvolvimento sustentável e o crescimento económico nestas regiões, com vista a conseguir transições verdes, digitais e energéticas justas e eficientes. Os nossos esforços para incluir e encontrar compromissos construtivos entre os diferentes grupos políticos fortalece a posição do Parlamento Europeu e envia um sinal muito positivo a estas regiões e a outras instituições europeias.». Pedindo mais atenção para as necessidades destas regiões na legislação e programas da UE e mais empenho da Comissão para aumentar a sua competitividade, os deputados destacaram que a situação social dos jovens é uma preocupação fundamental para estas regiões, apelando à Comissão para que proponha atividades de formação, aprendizagem e desenvolvimento de competências para aumentar as oportunidades de emprego e impedir a fuga de cérebros. Ao mesmo tempo, notaram a importância do turismo para o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas e a necessidade de encontrar o equilíbrio certo entre o desenvolvimento turístico e a biodiversidade local específica, instando a Comissão a apresentar uma política de turismo sustentável nas regiões ultraperiféricas.

AFET/SEDE

A Comissão dos Assuntos Externos adotou uma <u>série de propostas sobre a implementação da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) civil e outras ajudas da UE no domínio da segurança civil.</u> Os deputados apelaram aos Estados-Membros para que aproveitem a oportunidade de um novo documento estratégico, que deverá ser apresentado em meados de maio, para reforçar a sua visão estratégica da gestão civil de crises, devendo este documento definir o papel e os benefícios da PCSD civil e introduzir mais planeamento, previsão estratégica e análise de conflitos na tomada de decisões sobre missões e mandatos. Chamaram ainda à atenção para a necessidade de tornar mais disponíveis e flexíveis as capacidades e recursos das missões civis da PCSD e dar-lhes mandatos mais claros, tendo em conta que apenas 10 Estados-Membros fornecem 78% do pessoal destacado e os meios disponíveis para o Serviço Europeu de Acção Externa neste domínio são limitados.

3. CONFERÊNCIA DE UTILIZADORES DO IPEX¹

Decorreu no passado dia 20 de março, na Assembleia da República, a Conferência de Utilizadores do IPEX, que contou com a participação de cerca de 50 funcionários dos Parlamentos dos Estados-Membros, Estados candidatos e do Parlamento Europeu. A sessão de abertura contou com a participação Senhor Secretário-Geral da Assembleia da República e com um vídeo de boas-vindas de S. Exa. o Presidente da Assembleia da República. Os trabalhos iniciaram-se com uma sessão sobre a evolução do IPEX, fazendo uma retrospetiva de 15 anos de plataforma e as diferenças entre as suas três versões. Volvido um ano desde a implementação da terceira versão da plataforma IPEX, seguiu-se uma sessão para a sua apresentação e esclarecimento de dúvidas para os utilizadores. O programa de trabalho e os grupos de trabalho do Conselho do IPEX foram os temas debatidos no final da manhã, tendo sido retomada a conferência com a sessão dedicada às redes do IPEX nas suas diversas configurações (Representantes Permanentes em Bruxelas, redes internas nos Parlamentos nacionais, e a primeira rede promovida pelo IPEX e pelo Parlamento Europeu, a Democracy Support Network). A sessão de encerramento, que contou com a participação do Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, terminou com a resposta à questão inicial "quem são os utilizadores do IPEX?", concluindo-se que deles depende o futuro do IPEX. O programa da reunião e respetiva documentação encontram-se disponíveis na plataforma IPEX, na página dedicada para o efeito.

4. COMISSÃO EUROPEIA | PACOTE CONSUMIDORES

Direito de reparação

A Comissão Europeia adotou uma nova proposta de regras comuns que promovem a reparação dos produtos. A proposta procura assegurar que sejam reparados mais produtos no período de garantia legal e que os consumidores tenham opções mais fáceis e baratas para reparar produtos tecnicamente reparáveis quando a garantia legal tiver caducado ou o produto deixe de funcionar por desgaste.

Será assim estabelecido um novo direito à reparação em duas vertentes:

- durante o período de garantia legal: os vendedores serão obrigados a oferecer reparação, exceto quando esta for mais cara do que a substituição;
- fora do período de garantia legal: os consumidores terão um novo conjunto de direitos para tornar a reparação uma opção fácil e acessível, com o direito de reclamarem aos produtores a reparação dos produtos tecnicamente reparáveis, a obrigação de os produtores informarem os consumidores nesta sede, uma plataforma eletrónica dedicada à reparação, um formulário europeu de informação sobre as reparações e uma norma europeia de qualidade para os serviços de reparação.

As <u>perguntas e respostas</u> sobre o tema complementam esta informação.

Proteção dos consumidores e branqueamento ecológico

A Comissão propôs também critérios comuns contra o branqueamento ecológico e as alegações ambientais enganosas. Com esta proposta, os consumidores beneficiarão de maior clareza e melhores garantias de que um produto ou serviço vendido como ecológico é realmente ecológico, permitindo-lhes fazer escolhas mais respeitadoras do ambiente. As empresas que melhoram a sustentabilidade dos seus produtos passarão também a ser mais facilmente reconhecidas e recompensadas pelos consumidores, aumentando as suas vendas, criando a proposta condições de concorrência equitativas sobre as informações do desempenho ambiental dos produtos.

Ainda de acordo com a proposta, as empresas que optarem por fazer uma alegação ecológica sobre os seus produtos ou serviços devem respeitar as normas mínimas sobre a fundamentação e comunicação dessas

¹ Ponto elaborado por Vanessa Garcia, Correspondente do IPEX - Comissão de Assuntos Europeus

alegações. Procura-se impedir a criação de novos rótulos ambientais, fomentando a verificação de forma independente e validação por provas científicas das alegações, devendo a comunicação ser clara e com regras de rotulagem próprias.

A seção de perguntas e respostas encontra-se disponível <u>aqui</u>.

5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Agricultura e Pescas)

Os ministros responsáveis pelas <u>pescas</u> realizaram uma troca de pontos de vista sobre o novo pacote de medidas da Comissão que visa aumentar a sustentabilidade e resiliência do setor das pescas e aquicultura da UE. Este pacote é composto por três comunicações e um relatório, avaliando a situação atual da política comum das pescas da UE e propondo medidas futuras. Foi também abordada a ameaça potencial para a segurança alimentar, os riscos para a soberania alimentar, o financiamento adequado para as medidas propostas, tendo em conta as especificidades regionais, a pequena pesca e os fatores geopolíticos. Na área da <u>agricultura</u>, os ministros fizeram um balanço da situação do mercado dos produtos agrícolas na UE, focando o impacto das importações agrícolas da Ucrânia nos agricultores dos países vizinhos e os preços elevados dos fatores de produção. Por fim, foi debatida a situação dos mercados agrícolas internacionais.

Conselho (Negócios Estrangeiros)

Foram trocados pontos de vista sobre a <u>agressão da Rússia contra a Ucrânia</u>, realizada uma sessão conjunta com os ministros dos negócios estrangeiros e da defesa na qual se chegou a acordo sobre a proposta em três vertentes apresentada sobre o fornecimento urgente à Ucrânia de munições de artilharia. À margem da reunião, 17 Estados-Membros (incluindo Portugal) e a Noruega assinaram um <u>convénio</u> de projeto da Agência Europeia de Defesa para a aquisição colaborativa de munições. Foi ainda discutida a fórmula para a paz na Ucrânia, o mandato de detenção emitido pelo TPI contra Vladimir Putin e a Iniciativa dos Cereais do Mar Negro. Por fim, foram trocados pontos de vista sobre a situação na Tunísia e feito um balanço sobre os progressos realizados na aplicação da Bússola Estratégica da UE.

Conselho dos Assuntos Gerais

O <u>Conselho</u> adotou duas decisões relacionadas com o Quadro de Windsor, que definem a posição da UE no Comité Misto e no grupo de trabalho consultivo misto, e permitem à UE chegar a acordo sobre os principais elementos do Quadro de Windsor no âmbito destas duas instâncias, traduzindo-os em compromissos juridicamente vinculativos. Foi debatido o projeto de conclusões da reunião do Conselho Europeu de 23 e 24 de março, analisado o relatório de síntese da Presidência que resume os contributos das formações do Conselho para o pacote do Semestre Europeu de 2023. Foi acordado transmitir ao Conselho Europeu, para aprovação, uma recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro e realizado um debate específico por país (Eslováquia, Finlândia, Bélgica, Bulgária e República Checa) no âmbito do diálogo anual sobre o Estado de direito.

Cimeira Social Tripartida

A <u>Cimeira</u> teve como tema principal "Dar as respostas certas aos desafios da Europa em matéria de competitividade – como tornar a Europa o lugar privilegiado para investimentos industriais que criem crescimento económico e empregos de qualidade?", tendo sido abordados tópicos como o restabelecimento de condições de concorrência equitativas, assegurar a necessária transformação competitiva em todos os setores industriais e concretizar uma transição sólida e justa do ponto de vista económico; a Agenda de Competências: mobilizar o Ano Europeu das Competências a fim de resolver problemas em matéria de recrutamento e

colmatar lacunas no acesso às competências e à formação relacionada com competências; e tornar o mercado único mais resiliente e prosseguir uma agenda comercial ambiciosa para construir uma economia social de mercado altamente competitiva em benefício de todos, assim como a avaliação do impacto da guerra sobre a atual situação socioeconómica.

Cimeira do Euro

A <u>cimeira</u> foi realizada em formato inclusivo, com a presença dos 27 Estados-Membros, centrando-se na situação económica e financeira da UE, coordenação das políticas fiscais, quadro de governação económica da UE e arquitetura financeira da União Económica e Monetária. Foi emitida uma <u>declaração</u> que destaca que as economias da UE entraram em 2023 numa base mais saudável do que anteriormente esperado, apesar da elevada inflação e dos preços da energia.

6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana os trabalhos no Parlamento Europeu serão dedicados à sessão plenária em Bruxelas, destacando-se os seguintes <u>debates</u>:

- Disparidade salarial de género;
- Proteção dos consumidores em linha e consumidores vulneráveis;
- Estado de direito na UE;
- Alterações climáticas.

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>29 de março</u> e será dedicada ao pacote farmacêutico (revisão da legislação farmacêutica, revisão da legislação da UE sobre medicamentos para crianças e doenças raras e recomendação do Conselho sobre intensificação das ações da UE para combater a resistência antimicrobiana) e à diretiva para expandir e atualizar ainda mais a utilização de ferramentas digitais e processos no direito das sociedades.

Conselho da União Europeia

O calendário completo está disponível, destacando-se:

- 28.03: Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Na próxima semana terá lugar a reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol. Esta reunião, organizada no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência sueca, terá lugar em Estocolmo, encontrando-se a agenda disponível <u>aqui</u>.

Bruxelas | 24 de março de 2023

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.